



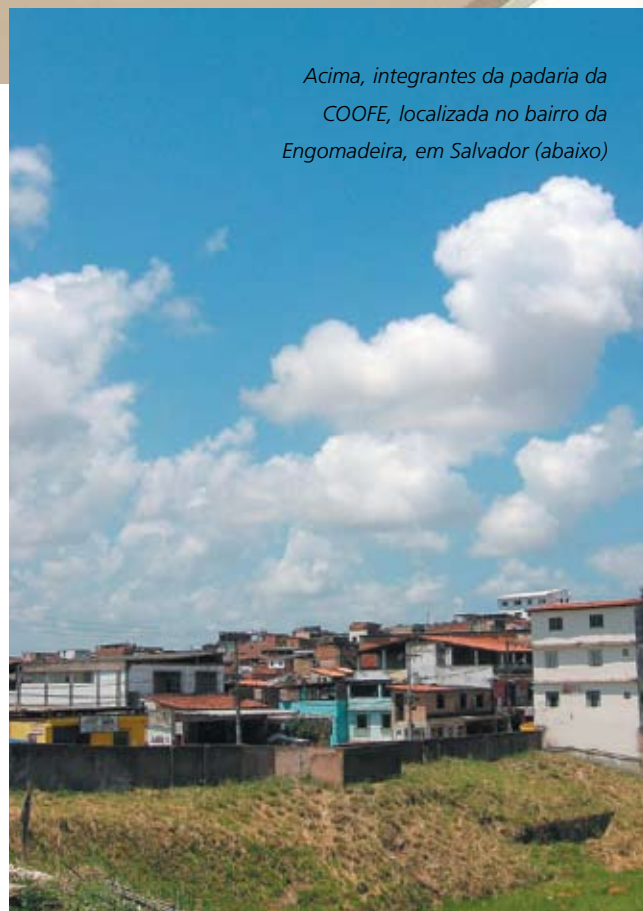
Paula Ferreira (fotos e texto)

Garçom, serralheira, vendedora de roupa, balconista de farmácia, auxiliar administrativo, agente de saúde, doméstica e vendedora de cachorro-quente. Hoje estão todos juntos com a mão na massa: eles trabalham na padaria da COOFE, cooperativa baiana que funciona no bairro de Engomadeira, em Salvador.

O grupo começou com 120 interessados que fizeram um curso de formação em cooperativismo em 1999. Em 2000, 62 deles fundaram a COOFE, em parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Estado da Bahia (ITCP/UNEB). Hoje há 12 cooperantes, mas quantidade e qualidade não dependem necessariamente uma da outra. “No começo levávamos um dia inteiro para fazer 200 pães, hoje damos conta disso em uma hora”, conta Janice de Jesus Vieira, 41 anos, uma das cooperantes.

A padaria produzia uma média de 600 pães por dia

Acima, integrantes da padaria da COOFE, localizada no bairro da Engomadeira, em Salvador (abaixo)



Incubadoras de empreendimentos solidários abrem novos caminhos

Mais de 300 empreendimentos solidários apoiados, 79 incubadoras e R\$ 24,5 milhões concedidos em quatro anos em forma

de financiamentos. Esses são alguns números da atuação da FINEP no apoio a projetos ligados à economia solidária, uma alternativa inovadora para gerar trabalho e renda com inclusão social.

no início de suas atividades, mas hoje, mesmo com menos gente, chega a fazer cinco mil pães diários. Além da venda no local, também fornecem lanches para eventos. Com o carro recém-adquirido, já pensam em trabalhar com entregas. Além do aspecto comercial, o bem-estar da comunidade também é levado em conta no desenvolvimento dos produtos: em parceria com o curso de Nutrição da UNEB e o posto de saúde do bairro, desenvolveram um pão feito com sementes de abóbora, rico em zinco, ferro e fibras, que tem ajudado a resolver os problemas de desnutrição, principalmente das grávidas da comunidade. E não é só isso. “Estamos abrindo outro grupo de trabalho, ainda decidindo qual produto vamos desenvolver, e temos mostrado nossa experiência dando oficinas e participando de eventos”, conta Jocenita dos Santos, 43 anos. Se antes ela via o marido se queixar de sua ausência em casa, hoje a relação é outra. “Com o crescimento da cooperativa ele vê que a mulher se desenvolveu e passa a respeitar mais”, conta.

O marido de Maria Arcanja Pereira, 50 anos, casada há 22, teve reação parecida. “Ele antes não valorizava meu trabalho, mas depois que nos visitou e viu a infraestrutura, achou que tinha futuro e passou a se referir à nossa cooperativa como minha empresa”, conta. Arcanja é da Coopercorte, cooperativa de costureiras criada em 2003, também incubada pela ITCP/UNEB.

A geração de trabalho e renda não é simplesmente uma meta a ser alcançada pelos empreendimentos soli-

dários. “Na verdade, é um ponto de partida”, diz Zuzélia Vianna, da coordenação da ITCP/UNEB. Iracy Carvalho, 59 anos, da COOFFE, é outro exemplo. “Antes eu estava deprimida em casa, se não fosse a cooperativa não sei o que seria de mim, não só financeiramente, mas emocionalmente também”, conta.

Os relatos de aumento da auto-estima e mudanças positivas nas relações familiares são constantes. Essa é uma das diferenças entre as incubadoras de empresas comuns e as ligadas à economia solidária. “As incubadoras de empresas tradicionais se inserem no mercado como ele é, a nossa quer transformar o mundo e as relações”, diz Suely Guimarães, também da coordenação da ITCP/UNEB. Zuzélia lembra que os empreendimentos que apóiam não são apenas econômicos. “São socioeconômicos. A renda é a motivação inicial, mas também queremos preparar as pessoas para se tornarem cidadãos atuantes”, diz.

Nesse processo, os desafios são diversos. Administrar a liberdade é um deles, pois não ter chefe pode ser uma faca de dois gumes. “Aqui não tem patrão, mas todo mundo é dono, então todo mundo manda”, conta Jocenita. O

lado positivo é o amadurecimento das relações. “O diálogo muda e nós crescemos como pessoas”, diz Janice. O lado difícil é manter o mesmo nível de empenho de todos os cooperantes e lidar com as incertezas do mercado. Arcanja cita a estabilidade do trabalho com carteira assinada: “Tendo patrão recebemos nosso salário independentemente da situação da empresa”. Sendo dono, sem produzir não há ganhos. “A flexibilidade quando não se tem patrão faz com que precisemos ter mais cuidado nas relações pessoais”, relata Tacimeire Ides da Silva, 37 anos, costureira da Coopercorte.

A burocracia também acaba sendo mais um obstáculo a ser superado. A legislação de cooperativismo é de 1971 e ainda não contempla as cooperativas populares, que têm que pagar os mesmos impostos que uma microempresa. “Muitos cooperantes nunca tiveram trabalho formal, alguns não têm sequer documentos, outros têm dívidas, e com isso seus empreendimentos acabam perdendo oportunidades, como por exemplo a participação em editais, pela dificuldade de se legalizarem”, diz Zoraide Gramacho, da equipe da ITCP/UNEB. ■



Equipe da Incubadora de Cooperativas Populares da UNEB



Costureiras da Coopercorte enfrentam o desafio de trabalhar sem patrão

Economia com solidariedade

Solidariedade vem deixando de ser um substantivo abstrato para se apresentar de forma cada vez mais concreta e institucionalizada na sociedade. Em junho de 2003, foi criada no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Na FINEP, no ano seguinte, foi criada a Área de Tecnologia para o Desenvolvimento Social. De 2004 a 2008, a Financiadora já apoiou 116 projetos ligados à economia solidária, com um total de R\$ 24,5 milhões concedidos e parcerias com a MTE-Senaes, a Caixa e os ministérios do Desenvolvimento Social e do Turismo.

Economia solidária é o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito organizadas sob a forma de autogestão. O modelo propõe alternativas inovadoras de geração de trabalho e renda privilegiando a inclusão social. “É um processo em construção, com o objetivo de desenvolver formas de produzir e distribuir bens com ética”, diz a química Zuzélia Vianna, uma das três pessoas que coordenam de forma colegiada a ITCP/UNEB – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Estado da Bahia, que conta hoje com uma equipe fixa de oito membros. Com apoio de R\$ 300 mil da FINEP, a ITCP/UNEB foi estruturada na primeira fase do Proninc - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas, que teve início em 1998.

A primeira incubadora do gênero no País foi criada pela COPPE/UFRJ com o apoio da FINEP, da Fundação Banco do Brasil e do COEP - Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida. Com base nessa experiência bem-sucedida foi criado o Proninc. Na primeira edição do programa, além da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da UNEB, foram incluídas as universidades Federal do Ceará, de São Paulo, Federal de Juiz de Fora, e Federal Rural de Pernambuco. A partir dessas seis incubadoras apoiadas, surgiram outras nove ITCPs e diversos núcleos universitários. Em 2003 o Proninc foi reativado por meio de uma parceria entre a FINEP, a Fundação Banco do Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Senaes. Mais de 300 empreendimentos solidários em 79 incubadoras já foram apoiados em todo o Brasil no âmbito do programa.

As ITCPs funcionam articulando diferentes áreas de conhecimento das universidades com grupos interessados em gerar trabalho e renda. Por exemplo, alunos e professores de design podem ajudar a criar logomarcas e embalagens para uma cooperativa de artesanos, assim como a Faculdade de Direito pode oferecer assessoria jurídica, um estagiário de Administração pode ser contratado para ajudar no escritório de uma associação e uma pesquisa da faculdade de Nutrição pode ser feita em parceria com um grupo que produza alimentos. Uiliam Bittencourt, aluno de Contabilidade da UNEB, é um exemplo: ele trabalha como estagiário na ITCP/UNEB e vê a parceria como “uma forma da universidade dar retorno à sociedade”. “O papel da FINEP está em fomentar o desenvolvimento de novos tipos de conhecimento para gestão, produção e comercialização para estes empreendimentos. Somente na relação direta entre eles e as universidades é que esta reinvenção é possível”, diz Marco Augusto Salles Teles, superintendente da Área de Tecnologia para o Desenvolvimento Social da FINEP.

Nas cooperativas populares, os trabalhadores têm o controle coletivo de todo o processo de produção, sem patrões. A incubação vai desde o surgimento da cooperativa até sua consolidação. A idéia é que, com o tempo, ela conquiste autonomia e possa garantir por si mesma sua autogestão e sobrevivência no mercado. Essa etapa, chamada desincubação, ainda desperta debates.

“Se em um primeiro momento acontecem muitas oficinas de capacitação, depois, com o amadurecimento dos cooperados, há consultas mais pontuais voltadas para a melhoria da qualidade e da comercialização dos produtos”, explica a engenheira Suely Guimarães, outra coordenadora da ITCP/UNEB.

Para muitos, esse novo tipo de parceria é positivo, pois se empresas privadas podem contar com consultorias constantes, não haveria mal no fato das cooperativas manterem o assessoramento da academia. “É preciso pensar em uma extensão universitária diferenciada, pois o que vigora hoje ainda é muito assistencialista. Cabe refletir até que ponto o processo de incubação atingiu essa meta, pois as incubadoras são experimentos que podem apontar um caminho de transformação, mas elas têm limites”, diz o economista Maurício Figueiredo Nogueira, o terceiro membro da coordenação da ITCP/UNEB.

Mapeando os empreendimentos solidários

A criação do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego, foi uma iniciativa pioneira em âmbito mundial. A constituição da base nacional de dados com identificação e caracterização de empreendimentos econômicos solidários e entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária tem sido apoiada pela FINEP.

O 2º Mapeamento Nacional da Economia Solidária, realizado em 2007, identificou 21.859 empreendimentos solidários. Apenas 52% dos municípios foram considerados, portanto o número de empreendimentos é seguramente maior. As projeções estatísticas apontam para um total de cerca de 32 mil.

A gestão e a sustentabilidade econômica dos projetos ligados à economia solidária ainda são um desafio. De acordo com o mapeamento, apenas 39% dos empreendimentos apresentaram superávit financeiro, enquanto que 13% enfrentaram déficit e 34% encontravam-se em situação de equilíbrio. A incubação de empreendimentos solidários, considerada uma tecnologia social, é uma forma de fortalecer essas iniciativas, por meio do apoio das universidades envolvidas. A difusão do modelo vem sendo estimulada também pela RTS – Rede de Tecnologia Social.

A FINEP já lançou três editais voltados especificamente para a incubação de empreendimentos solidários. Um, para projetos no âmbito da RTS, selecionou 21 propostas no valor total de R\$ 3,1 milhões. O outro, voltado para projetos agroalimentares visando a promoção de sistemas locais de segurança alimentar e nutricional em municípios com mais de cem mil habitantes, contratou 10 projetos no valor total de R\$ 1,6 milhão. O terceiro acaba de ser lançado, com R\$ 3 milhões para a área de turismo.

Políticas de combate à

*Rodrigo Fonseca**

Amilcar Herrera, geólogo argentino que foi um dos fundadores do pensamento latino-americano sobre ciência, tecnologia e sociedade, afirmava que “a capacidade de uma sociedade de incorporar a ciência e a tecnologia como fatores dinâmicos para seu progresso depende de condições políticas, econômicas e sociais que a própria ciência não pode criar”. Não é apenas o investimento em C&T em si que pode promover o desenvolvimento e reduzir desigualdades sociais. É preciso que as políticas públicas de desenvolvimento social participem ativamente da orientação dos rumos da C&T.

Há bastante tempo diversos autores vêm argumentando que a ciência não é neutra e a tecnologia não tem um caminho predeterminado. Ambas estão imersas nas relações sociais e seus caminhos são dados por estas. Mais do que a criação de artefatos, tecnologia compreende todo um conjunto de relações, habilidades, conhecimentos e técnicas ligadas à execução de qualquer atividade. Esta materializa-se em máquinas, equipamentos e processos que organizam a vida diária.

Isto é, podemos induzir a produção de tecnologia e conhecimento que tenham embutidos valores que permitam a promoção de um modelo de desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável. Para atender a isto, este modelo de desenvolvimento deve olhar o indivíduo não como um consumidor, mas como um cidadão de direitos. Associada a esta proposta de desenvolvimento deve estar uma nova forma de produção, disseminação e uso do conhecimento que inclua uma grande diversidade de atores no processo.

Pelo menos parte das condições de incorporação de C&T como fator de desenvolvimento social pode ser criada pelas políticas públicas e pelas agências responsáveis pela formulação e implementação dessas políticas, como a FINEP.

O grande desafio para esta tarefa é construir mecanismos de interlocução entre as organizações e entre governo e sociedade. Redes e fóruns, por exemplo, são

ciência e tecnologia no desigualdade social

novas formas complexas de articulação de atores diversos, de relacionamento interinstitucional e de organização, visando a uma nova concepção de ação política e estratégica para interação entre atores, difusão e desenvolvimento de tecnologia.

Neste aspecto, a FINEP tem cumprido um importante papel, fomentando a construção de novas institucionalidades, como a Rede de Tecnologia Social - RTS, que tem como missão a difusão, reaplicação e desenvolvimento de Tecnologia Social, reunindo para isso órgãos de governo, ONGs e universidades. O Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - Proninc também tem contribuído com a construção de um inovador conjunto de conhecimentos na incubação de empreendimentos econômicos solidários nas universidades brasileiras. Neste programa, além de fomentar a geração de trabalho e renda, o apoio da FINEP permite que o conhecimento produzido nas incubadoras e os estudantes formados neste processo terminem por apoiar a construção de políticas públicas que já são realidade em governos estaduais, como a Bahia, o Acre e o Pará, e em prefeituras, como Osasco, Guarulhos, Olinda, Nova Iguaçu e Santarém.

No entanto, programas como o Proninc ou a própria RTS não devem ser vistos, por exemplo, como "portas de saída" do Programa Bolsa Família (PBF). Dado o nível de

exclusão de boa parte da população brasileira, muitas vezes eles são uma porta de entrada para o PBF. "Portas de saída" para o PBF devem ser um amplo conjunto de ações de fomento à organização produtiva, distribuídas nos três níveis do Estado, que considerem a potência do trabalhador brasileiro não só como usuário de tecnologia,

mas como inovador e produtor dos conhecimentos necessários para a transformação da sua realidade. É a criação de condições de autonomia para os trabalhadores mais pobres, considerando-os cidadãos detentores de conhecimento e capazes de inovar.

O fomento dessa nova organização deve incluir um conjunto de ações que apóiam qualquer atividade produtiva: capacitação para gestão, crédito, tecnologia, infra-estrutura para comercialização e comunicação, entre outras.

No entanto, as condições devem ser específicas para a realidade desse público. Aqui a área de C&T tem muito a contribuir, apoiando

a construção de políticas públicas inovadoras e o desenvolvimento tecnológico associado a elas. Acredito que com isso a política de C&T pode ser muito mais ousada e efetiva do que tem sido na sua participação no combate à desigualdade social.

** Rodrigo Fonseca é sociólogo, doutorando da Unicamp e analista do Departamento de Tecnologias Sociais 2, da FINEP*

